

# Direitos humanos

**C**elebra-se hoje o Dia Mundial dos Direitos Humanos, recordando que, em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral da ONU aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda como parte das atividades inaugurais da organização, fundada em 1945, visando construir um tempo novo para a humanidade. As dificuldades inerentes à busca de uma agenda comum, com sentido e vigor para todo o planeta — e a Declaração é, ainda, uma agenda — são muitas.

Além das que já se evidenciavam, 2001 é um ano-marco para que se compreendam as dificuldades acumuladas historicamente, que se relutavam admitir. Sem dúvida fértil em acontecimentos relevantes, o que está sendo gerado pela fertilidade é, ainda, de resultado incerto. Em nível global, exacerbaram-se tensões que fermentavam ao ritmo do caminhar do sol: à luz do dia, aqui e ali; à sombra da noite, acolá. Viver 2001 foi como ter a luz brilhando 24 horas por dia, por todo o planeta. Nada mais se esconde, tudo é visível. Contudo, como ensina o pensamento chinês, é bem debaixo da luz que a escuridão é maior — daí 2001 ser vivido como um ano de sombras que dificultam a compreensão e a ação.

Declarado pela ONU como o Ano Internacional do Diálogo de Civilizações, por sugestão do presidente do Irã, 2001 foi, paradoxalmente, o território histórico do primeiro grande impacto de civilizações, ocupado pela ação terrorista de 11 de setembro, e complementado pelos desdobramentos, que ainda vivemos. Foi também o ano em que a guerra contra o terror foi proclamada, resultando em mortes irreparáveis no Afeganistão civil, em conflitos entre palestinos, que se dividiram entre os que aceitam a possibilidade de construção de um futuro e os que preferem a morte ao caminho da negociação. Ano da realização da Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, em Durban, após preparativos por mais de dois anos, 2001 demonstrou o campo movediço que ainda é a luta contra o racismo e a promoção de práticas afirmativas. Realizando-se com mais estrondo do que muitos gostariam, porém ainda silente, considerando as transformações necessárias em âmbito mundial, mostrou a dificuldade que é lidar com a diversidade e as específicas demandas de cada grupo. Afinal estamos lá, humanidade, outra vez com a questão na mão: como compatibilizar direitos equivalentes de distintos sujeitos?

A Declaração está aí, porém quantos a conhecem na íntegra? No Brasil, por exemplo, o infeliz e absurdo slogan praticado por muitos, afirmando que “direitos humanos são direitos de bandidos”, tem servido para a justificação de todo tipo de absurdo cometido, negando o que é, na essência, ligado à proteção da vida e da dignidade

humana. “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, enunciado do artigo primeiro, é, em si, um programa de trabalho praticamente inesgotável. Os desafios da construção solidária — porque trabalhada em conjunto, fortalecida, sólida — da liberdade e da igualdade, com as oscilações decorrentes na ordem mundial, passando da bipolaridade para as polaridades difusas ou múltiplas polaridades, demonstram que a Declaração estabeleceu apenas direções, que têm ajudado a humanidade a manter-se, minimamente, no caminho da sobrevivência.

Cada artigo da Declaração segue a vocação de lançar um desafio de elaboração, desdobramentos, construção. Conferências Mundiais em diferentes temas, ao longo de décadas, têm servido para articular o esforço e confirmar deliberações, assumindo declarações, recomendações, programas de ação. Tudo tendo em vista a possibilidade de transformar em prática os enunciados da Declaração Universal dos Direitos Humanos, tanto pela via da defesa e proteção, quanto pela via da promoção, onde a educação tem lugar privilegiado.

Vale lembrar que, na abordagem da ONU, inspirada na Declaração, estão sempre entrelaçadas a promoção da tolerância, a defesa e promoção dos direitos humanos, a consolidação da democracia e a construção da paz. Trata-se de trabalhar tendo sempre em



POR  
ROSELI  
FISCHMANN

mente a complementaridade e indivisibilidade dos direitos humanos, como proclamado na Conferência de Viena, em 1993. Ora, se assim é, não há como ter democracia sem o pleno atendimento aos direitos universais, assim como não se pode construir a paz sem democracia, a que se erige e fortalece na prática do respeito e valorização da

pluralidade, norte da tolerância.

Em tempos de violência, tão globalizada como a economia, há os que colocam sob suspeita e risco o respeito aos direitos humanos. Erro brutal, porque se faltarem até os mínimos que a consciência humana estabeleceu para si mesma, não se terá mais a base comum sobre a qual caminhar. Seria a humanidade ficando “sem chão”, situação de que tanto nos aproximamos em 2001.

O momento da discussão e assinatura da Declaração Mundial dos Direitos Humanos, além das heranças advindas dos debates acumulados para a criação da ONU, desde os primórdios do Século XX, havia fatos da Segunda Guerra Mundial que impediam que se postergasse a promulgação. Após Auschwitz e Hiroshima, a humanidade conheceu o potencial que tem, em si, de liquidar-se. Contudo, a consciência de então era a da intolerância que se volta para o genocídio, ou do uso bélico da ciência, mesmo quando ignorante ainda do efeito letal duradouro dos instrumentos que criou.

O dia 11 de setembro demonstrou que o problema não se resolveu. Embora tratado aqui e ali, com iniciativas importantes e decisivas havidas nas décadas que se passaram, em diferentes campos e setores, o drama apresentou novas faces, que ainda não sabemos como lidar. O suicídio como arma terrorista, já praticado anteriormente em Israel, promovido a espetáculo global midiático, demonstrou quão pouco sabemos de nós mesmos, seres humanos. Da mesma forma que há gestos de violência no cotidiano, inexplicavelmente praticados, num ímpeto de ódio e rancor, por indivíduos que até então viviam uma vida digna, chegamos a este 10 de dezembro, três meses depois, com a indagação de como é possível transformar idéias geradas na vida, como algo superior à própria vida, que pode até eliminá-la? Como entender o ódio que borbulha, impelindo não apenas à ação, mas à busca de preservação, transmitido às crianças — supremo símbolo do direito à vida e à paz — como herança maior? Como encarar o silêncio abafado a encobrir a fome e a miséria espalhada pela África? Como seguir a vida cotidiana, sabendo que, mesmo trabalhando muito, estamos longe de fazer o bastante? Como enfrentar os próprios olhos no espelho, se a armadilha criada pela “evolução” da humanidade é tal que os tempos sombrios de Brecht desdobram-se e repercutem, sem sabermos por onde seguir?

Dia Mundial dos Direitos Humanos, tempos de celebrar a consciência humana, temos em mãos a perplexidade. Partilho-a com você, leitor, leitora. Eis aí o legado de 2001.

ROSELI FISCHMANN É PROFESSORA DE PÓS-GRADUAÇÃO NA USP E NA UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE, COORDENADORA DO INSTITUTO PLURAL E PRESIDENTE DO JÚRI INTERNACIONAL DO PRÊMIO UNESCO DE EDUCAÇÃO PARA A PAZ

